

**RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
 Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 3º Quadrimestre de 2017 - Janeiro/2017 a Dezembro/2017.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>341.152.553,52</b>	<b>29.253,76</b>
Pessoal Ativo	249.380.167,09	29.253,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	91.772.386,43	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>71.033.935,01</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	320.853,56	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	973.282,45	0,00
Outros	45.462.566,35	0,00
IRRF Ativo	21.224.149,73	0,00
IRRF Pensionista	1.852.637,74	0,00
IRRF Inativos	10.510.838,29	0,00
Pensionistas	11.874.940,59	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	24.277.232,65	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>270.118.618,51</b>	<b>29.253,76</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	<b>21.033.876.162,63</b>	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	<b>0,00</b>	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>21.033.876.162,63</b>	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>270.147.872,27</b>	<b>1,28%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	315.508.142,44	1,50%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	299.732.735,32	1,43%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	283.957.328,20	1,35%

FONTE: SIOFINet/SEFAZ-GO e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. 2017.

Notas explicativas ao RGF 3º Quadrimestre de 2017, elaboradas pela Diretoria Financeira:

1. A quantificação dos valores que compõem o Relatório de Gestão Fiscal – RGF – do 3º quadrimestre de 2017, considera a essência sobre a forma.
2. A metodologia utilizada para a elaboração do RGF, relativo ao 3º Quadrimestre de 2017, está de acordo com a Emenda Constitucional do Estado de Goiás nº 55, de 12 de setembro de 2017, a qual menciona a possibilidade de exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte dos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas, além da dedução dos valores pagos aos últimos. Ainda, com vistas a atender, no que cabia, a Resolução nº 009/2016, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, foram utilizadas as diretrizes estabelecidas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF –, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN –, nas partes em que não há confronto com a citada EC nº 55;
3. O INSS relativo ao desconto dos servidores e à parte patronal (R\$ 3.475.988,88), que é executado como apropriação de despesas, não foi contabilizado em dezembro/2017, por determinação da Superintendência do Tesouro Estadual, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda. No entanto, os valores estão computados na Despesa Total com Pessoal, em atendimento ao princípio da competência e a essência sobre a forma.
4. A dedução efetuada referente aos Pensionistas no RGF do 2º Quadrimestre/2017, no período de novembro/2016 a agosto/2017, duplicou a parcela relativa ao desconto previdenciário dos servidores pensionistas, uma vez que o mesmo desconto foi considerado nas deduções no item "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", totalizando um valor de R\$ 754.163,51 (setecentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e um centavos), o que representa 0,003827% da Receita Corrente Líquida do 2º quadrimestre e, portanto, o índice apresentado de 1,28% (RGF 2º quadrimestre) não se alteraria. Ainda, acrescenta-se que se procedeu à correção no presente quadrimestre.
5. A Receita Corrente Líquida, disponibilizada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, através do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, referente ao 6º bimestre de 2017, utilizou a metodologia de apuração da receita de acordo a STN. Destaca-se que o IRRF dos servidores e os valores pagos aos pensionistas foram deduzidos do total das Despesas com Pessoal em atendimento à EC nº 55. Frisa-se que a utilização da RCL está de acordo com o que foi disponibilizado;
6. O anexo 1, disponibilizado no MDF, 7ª edição, não possui a linha "outros". No entanto, para a correta evidenciação dos valores deduzidos de acordo com as determinações da EC nº 55, a referida linha foi inserida;
7. O Estado de Goiás, por meio da Lei Complementar nº 131, de 12 de julho de 2017, extinguiu o Fundo Previdenciário do RPPS, transferindo todos os servidores que estavam vinculados ao mesmo para o Fundo Financeiro do RPPS de que trata a Lei Complementar nº 66, de 27 de janeiro de 2009. Por consequência, procedeu-se a dedução dos valores relativos ao Fundo Previdenciário do RPPS que foram repassados ao Fundo Financeiro em todo o período de apuração do RGF do 3º Quadrimestre/2017.

Goiânia, 29 de janeiro de 2018.

Alfredo Monte Verde Ferreira  
 Diretor Financeiro

Deputado José Vitti  
 Presidente

Aroldo Brito de Lemos  
 Secretário de Controle Interno

**Tabela 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Estados, DF e Municípios**

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
 Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 3º Quadrimestre de 2017 - Janeiro/2017 a Dezembro/2017.

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA  (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)1  (g) = (a - (b + c + d + e) - f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores  (d)	Demais Obrigações Financeiras  (e)			
		De Exercícios Anteriores  (b)	Do Exercício  (c)					
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>24.194.248,35</b>		<b>2.600,00</b>	<b>157.690,21</b>	<b>19.568,00</b>	<b>24.014.390,14</b>	<b>3.612,11</b>	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação								
Transferências do FUNDEB 60%								
Transferências do FUNDEB 40%								
Outros Recursos Destinados à Educação								
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde								
Outros Recursos Destinados à Saúde								
Recursos Destinados à Assistência Social								
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário								
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro								
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)								
Recursos de Alienação de Bens/Ativos								
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	24.194.248,35	-	2.600,00	157.690,21	19.568,00	24.014.390,14	3.612,11	
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>17.467.669,42</b>	<b>104.943,75</b>	<b>26.801.815,20</b>	<b>0,00</b>	<b>4.610.633,18</b>	<b>-14.049.722,71</b>	<b>2.632.842,63</b>	
Recursos Ordinários	17.467.669,42	104.943,75	26.801.815,20	0,00	4.610.633,18	-14.049.722,71	2.632.842,63	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>41.661.917,77</b>	<b>104.943,75</b>	<b>26.804.415,20</b>	<b>157.690,21</b>	<b>4.630.201,18</b>	<b>9.964.667,43</b>	<b>2.636.454,74</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SIOFINet/SEFAZ-GO e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. 2017.

Notas explicativas da Diretoria Financeira:

1 - O INSS relativo ao desconto dos servidores e à parte patronal (R\$ 3.475.988,88), que é executado como apropriação de despesas, não foi contabilizado em dezembro/2017, por determinação da Superintendência do Tesouro Estadual, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda. No entanto, os valores estão computados como "demais obrigações financeiras", em atendimento ao princípio da competência e a essência sobre a forma.

2. Na linha "Recursos Ordinários" constam os valores referentes à disponibilidade de caixa e restos a pagar da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. A presidência da Assembleia Legislativa está empenhada em realizar uma gestão fiscal sustentável, com vistas à observância dos normativos aplicáveis. Ressalta-se que a insuficiência de caixa é decorrente do não repasse, pela SEFAZ-GO, de recursos previstos constitucionalmente, como, por exemplo, o duodécimo. Da mesma forma, não houve o repasse, pela SEFAZ-GO, dos valores para o pagamento de parte da Folha de Pagamento de dezembro/2017, no montante de R\$ 26.621.218,39, o que contribuiu para a insuficiência de caixa apresentada.

3. Na linha "Outras Destinações Vinculadas de Recursos" constam os valores referentes à disponibilidade de caixa e restos a pagar do Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás CNPJ: 07.766.390/0001-54.

Goiânia, 29 de janeiro de 2018.

**Deputado José Vitti**  
 Presidente

**Alfredo Monte Verde Ferreira**  
 Diretor Financeiro

**Aroldo Brito de Lemos**  
 Secretário de Controle Interno

**Tabela 7 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal**

Estado de Goiás - Poder Legislativo  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
3º Quadrimestre de 2017 - Janeiro/2017 a Dezembro/2017.

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>
Receita Corrente líquida	21.033.876.162,63

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal - DTP	270.147.872,27	1,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,50%	315.508.142,44	1,50
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,42%	299.732.735,32	1,43

<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A</b>
Valor Total	2.636.454,74	9.964.667,43

FONTE: SIOFINet/SEFAZ-GO e Seção de Contabilidade da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. 2017.

Notas Explicativas da Diretoria Financeira:

1 - Os quadros "Dívida Consolidada", "Garantias de Valores" e "Operações de Crédito", não se aplicam ao Poder Legislativo.

2 - Os valores referentes à inscrição de Restos a Pagar não processados e à Disponibilidade de Caixa, estão consolidados, isto é, considerou-se as unidades orçamentárias Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Ao se analisar separadamente, tem-se que a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás apresentou insuficiência de caixa de R\$ 14.049.722,71, enquanto o Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás apresentou suficiência de caixa de R\$ 24.014.390,14.

Goiânia, 29 de janeiro de 2018.

Deputado José Vitti  
Presidente

Alfredo Monteverde Ferreira  
Diretor Financeiro

Aroldo Brito de Lemos  
Secretário de Controle Interno